

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A DAE S/A Água e Esgoto apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para a apreciação dos seus acionistas.

Ao longo de 2022 a empresa pautou sua gestão de acordo com a Lei 11.445/07, no tocante à universalização do saneamento básico e ao Plano Municipal de Saneamento, visando atender as metas traçadas para o sistema de abastecimento de água e o sistema de coleta e tratamento de esgoto. Também desenvolveu ações que visam atender o Plano de Governo da administração (2021-2024), bem como o Plano de médio e longo prazos aprovado pelo Conselho de Administração, investindo na ampliação da segurança hídrica na cidade. O objetivo da gestão da empresa é levar o atendimento, com excelência, às necessidades de saneamento básico do município. Estes resultados são fruto do apoio da Prefeitura Municipal de Jundiá e, em especial, do comprometimento dos colaboradores.

Com relação aos recursos, a empresa se mantém com receitas próprias, não onerando o orçamento de sua controladora, a Prefeitura Municipal de Jundiá. Outra fonte de recursos são os financiamentos disponibilizados pelo Governo Federal para atender a área de saneamento.

2 - OPERAÇÕES DA EMPRESA

A DAE S/A Água e Esgoto tem a responsabilidade do abastecimento de água e coleta e afastamento de esgoto no município de Jundiá. A principal operação de tratamento de esgoto fica a cargo da concessionária Companhia Saneamento de Jundiá - CSJ, Contrato 002/96 com validade até 30/04/2031, tendo a DAE S/A a responsabilidade da fiscalização, da administração da cobrança e do repasse dos valores a esta concessionária.

O rio Jundiá Mirim, responsável por 95% do abastecimento de água do município, nasce na divisa de Jarinu (Córrego do Tanque) e Campo Limpo Paulista (Ribeirão do Perdão). Os outros 5% de água que abastecem Jundiá são captados do Córrego Japi (ou Estiva) e Ribeirão Ermida (represa da Serra do Japi). Em épocas de estiagem é feita a reversão do rio Atibaia para o rio Jundiá Mirim. Para isso, a DAE conta com outorgas regularizadas no DAEE (Departamento de Água e Esgoto do Estado de São Paulo), por meio da Portaria DAEE nº 572 de 21/02/2017, com prazo de dez anos, podendo ser renovadas.

A represa de Acumulação da DAE S/A possui capacidade máxima de armazenamento de 9,3 milhões de metros cúbicos de água. Além desta represa, a DAE S/A possui a represa de Captação, com capacidade de 500 mil m³ de água, a Represa do Moisés, com capacidade de 5,5 mil m³ de água, e a represa da Serra do Japi, com capacidade de 2 mil m³ de água.

Além da reserva de água bruta, a DAE S/A possui 57 reservatórios de água tratada com capacidade para armazenar um total de 71,3 mil m³ de água. Após a conclusão das obras do novo reservatório da Estação de Tratamento de Água do Anhangabaú (ETA-A), a esta capacidade de armazenamento deve-se acrescentar 10 mil m³ de água.

Para tratamento de água a empresa conta com a ETA-A, cuja capacidade de tratamento é de 1.800 litros por segundo, sendo responsável por 95% do volume de água tratado na cidade. Após obras em andamento, a ETA-A passará a ter a capacidade de tratamento de 2.400 litros por segundo.

A DAE possui, ainda, a ETA Eloy Chaves (ETA-EC), cuja capacidade de tratamento é de 45 litros por segundo e 2,43% do volume tratado na cidade; e o Poço Pacaembu, que trata aproximadamente 4,5 litros por segundo, 0,24% do volume tratado na cidade.

Todos os três sistemas - ETA Anhangabaú, ETA Eloy Chaves e Poço Pacaembu - estão enquadrados dentro da Portaria MS nº 888, de 04 de maio de 2021, que rege os parâmetros de potabilidade para a distribuição da água para consumo humano. A população atendida com abastecimento de água tratada é de 99,07% do total do município. A população atendida com rede coletora de esgoto é de 98,2% do total do município. Desde o final dos anos 1990, a totalidade do esgoto coletado no município é tratado.

Durante o ano de 2022, a DAE aumentou suas redes de água em 21,2 Km. As redes de esgoto foram ampliadas em 17,6 Km.

Neste mesmo período, o índice de perdas na distribuição de água tratada foi de 32%, levemente abaixo ao de 2021 (que foi de 34,3%). O último índice nacional de perdas divulgado, era de 36,9%. A meta do Plano de Saneamento para o biênio 2022-2024 é reduzir esse índice e atingir 30%. Para isso, a DAE tem desenvolvido ações como a troca de hidrômetros, pesquisa acústica de vazamentos não visíveis e implantação de macromedida e zonas de pressão. O serviço é parte de contrato de financiamento assinado em 2018.

O número de ligações de água ativas ao final do exercício de 2022 era de 111.690.

Foram iniciadas em 2019 as obras de ampliação do sistema de preservação e proteção ambiental das represas de abastecimento do município (represas de Acumulação e Captação), de modo a abrigarem atividades voltadas à educação ambiental e ao lazer das crianças, em especial, e da população em geral. Essas obras ampliaram a área do Parque da Cidade e fazem parte do "Mundo das Crianças", uma das iniciativas que fazem Jundiá ser reconhecida como a "Cidade das Crianças". O município é o primeiro do Estado a integrar a Rede Latino-Americana - Projeto Cidade das Crianças, e o segundo no país, logo após Boa Vista, em Roraima, assumindo o compromisso de viabilizar ações em torno da participação das crianças e das perspectivas infantis. Além disso, atende a um pedido especial dos integrantes do Comitê das Crianças do município. As obras contaram com autorização da Cetesb, com a qual a DAE estabeleceu um Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA). Nesta primeira fase, o Mundo das Crianças conta com 170 mil metros quadrados. Em outra fase futura, estão previstas intervenções em outros 330 mil metros quadrados de área, com matas e lagoas, o que totalizará ao espaço 500 mil metros quadrados. Até o ano de 2022 foram investidos R\$ 29.135 mil nas obras. A visita ao Mundo das Crianças é gratuita; de terça a sexta-

feira, a entrada é livre, mas aos finais de semana e feriados é necessário agendamento prévio pelo site www.mundodascriançasjundiá.com.br. Em 2022, o Parque da Cidade e o Mundo das Crianças receberam, juntos, mais de 715 mil visitas.

Desde agosto de 2016, a DAE S/A optou pela compra de energia elétrica para a Estação de Recalque do Jundiá Mirim, por meio do sistema de Mercado Livre. Em comparação à compra de energia elétrica no mercado cativo, a DAE S/A obteve redução de R\$ 3.790 mil no ano de 2022. Os benefícios financeiros com a redução da despesa com energia elétrica desde a opção, em agosto de 2016, superam R\$ 21.000 mil.

A DAE Jundiá publicou em 2022 o Relatório de Sustentabilidade relativo ao biênio 2020-2021. O documento apresenta os resultados operacionais, socioambientais e financeiros obtidos pela empresa neste período. O objetivo é desenvolver uma estratégia de administração com foco no futuro, identificando riscos e apontando oportunidades, por isso, são apresentadas as ações de inovação, tecnologia e cuidados com meio ambiente adotadas pela empresa. O documento está disponível no site www.daejundiá.com.br.

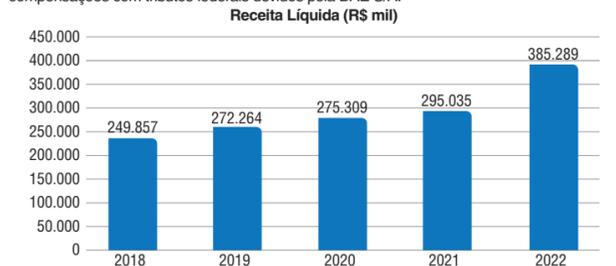
3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Foi apresentado um lucro de R\$ 63.077 mil no exercício de 2022. Em 2021 a DAE havia apresentado prejuízo de R\$ 5.602 mil. Contribuíram para a recuperação da empresa o reajuste de tarifas aplicado no final de 2021 (18,13%), após defasagem de 29 meses sem reajuste tarifário, e a negociação para redução nos percentuais de aplicação de reajustes em contratos vigentes com a companhia.

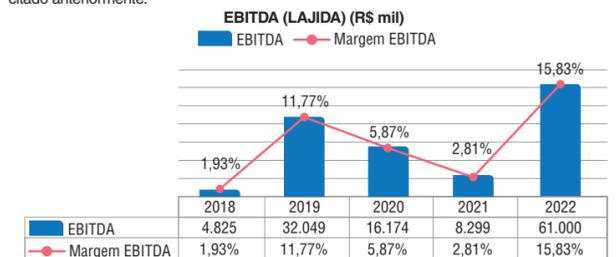
A Receita Operacional Líquida da DAE S/A apresentou aumento de 31%, impulsionada pelo reajuste de tarifas citado acima e pelo cálculo do PIS e COFINS sobre a Receita, que passou a ser cumulativo após a obtenção da Imunidade Tributária Recíproca. Além disso, houve aumento no volume de 3,3%, sendo faturados 38,5 milhões de metros cúbicos em 2021 e 39,8 milhões de metros cúbicos em 2022.

Outro fator que contribuiu para o resultado positivo da empresa, foi o registro do indébito tributário gerado pelo êxito no processo de pedido de Imunidade Tributária para Imposto de Renda. O indébito registrado foi de R\$ 22.995 mil.

Acrescenta-se a este resultado a atualização monetária no valor de R\$ 13.600 mil referente a este indébito. Sendo assim, 58% do lucro foi obtido através destes registros. Os benefícios financeiros deste crédito tributário devem perdurar por volta de 24 meses por meio de compensações com tributos federais devidos pela DAE S/A.



Para o exercício de 2022 o EBITDA da empresa foi de R\$ 61.000 mil (15,83% da ROL), um aumento significativo em relação a 2021, quando o EBITDA foi de R\$ 8.299 mil (2,81% da ROL). Um dos motivos para esse aumento foi o reajuste tarifário aplicado ao final de 2021, além disso, outro fator atípico foi o registro do indébito tributário gerado pelo êxito no processo em que a DAE requiriu a imunidade tributária recíproca para Imposto de Renda, conforme citado anteriormente.



Em novembro de 2022 a DAE aplicou reajuste de 19,39% para as tarifas de água e esgoto, e 8,73% para os demais serviços praticados. O reajuste foi aplicado conforme a Resolução ARES-PCJ nº 452 de 13/10/2022.

4 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

Em 2022 houve mudança na participação de acionistas minoritários dentro da composição acionária da empresa. O quadro societário ao final de 2022 apresentou-se conforme tabela

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO BALANÇOS PATRIMONIAIS Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivos	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.981	2.903	Empréstimos e financiamentos	12	4.538	3.208
Investimentos financeiros	5	48	162	Fornecedores	13	7.922	7.576
Contas a receber de clientes	6	69.572	57.634	Concessionária de tratamento de esgoto	14	13.304	11.548
Estoques	7	15.689	14.970	Cauções de fornecedores		48	162
Impostos e contribuições a recuperar	8	15.019	876	Obrigações fiscais	15	5.954	4.995
Outras contas a receber		771	694	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	16	10.271	8.663
Despesas diferidas		306	256	Receitas antecipadas	18	324	300
Total do ativo circulante		115.386	77.495	Outras obrigações	21	4.015	3.993
Não circulante				Total do passivo circulante		46.376	40.445
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	2.944	3.358	Empréstimos e financiamentos	12	37.649	35.435
Impostos e contribuições a recuperar	8	12.873	791	Obrigações fiscais a longo prazo	15	55	2.294
Ativo fiscal diferido	9	1.777	2.303	Adiantamento de clientes Projeto CERJU	17	1.699	2.812
Depósitos judiciais	20	2.647	2.613	Recursos de terceiros para investimentos	19	8.526	4.021
Outras contas a receber		849	764	Provisões para processos judiciais	20	17.675	15.320
Total realizável a longo prazo		21.090	9.829	Contas a pagar a partes relacionadas	22	3.553	10.734
Investimentos		32	32	Receitas antecipadas a longo prazo	18	1.285	-
Imobilizado	10	332.246	312.522	Total do passivo não circulante		70.442	70.616
Intangível	11	246	288	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		353.614	322.671	Capital social	23	283.324	283.324
Total dos ativos		469.000	400.166	Reservas de lucros	23	68.858	5.781
				Total do patrimônio líquido		352.182	289.105
				Total dos passivos e do patrimônio líquido		469.000	400.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)						
	Capital social			Reservas de lucros		
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a destinar	Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	207.715	4.242	82.750	86.992	-	294.707
Constituição de capital social	75.609	-	(75.609)	(75.609)	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(5.602)	(5.602)
Compensação do prejuízo com reserva de lucros	-	-	(5.602)	(5.602)	5.602	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	283.324	4.242	1.539	5.781	-	289.105
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	63.077	63.077
Constituição de reserva legal	-	3.154	-	3.154	(3.154)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	59.923	59.923	(59.923)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	283.324	7.396	61.462	68.858	-	352.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
	2022		2021		
	2022	2021	2022	2021	
1 Receitas	428.662	339.803			
Receita bruta e outras receitas	430.183	333.492			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.521)	6.311			
2 Insumos adquiridos de terceiros	(244.544)	(218.835)			
Custo dos serviços prestados	(27.635)	(22.962)			
Energia, serviços de terceiros e outros	(106.871)	(103.669)			
Custo de tratamento de esgoto (Concessionária)	(110.038)	(92.204)			
3 Valor adicionado bruto (1-2)	184.118	120.968			
4 Retenções	(12.272)	(10.645)			
Depreciação e amortização			(12.272)	(10.645)	
5 Valor adicionado líquido (3-4)	171.846	110.323			
6 Valor adicionado recebido em transferência	21.511	4.830			
Receitas financeiras			21.511	4.830	
7 Valor adicionado total a distribuir (5+6)	193.357	115.153			
8 Distribuição do valor adicionado	(193.357)	(115.153)			
Pessoal e encargos			(104.946)	(94.519)	
Impostos, taxas e contribuições			(19.827)	(21.559)	
Juros, despesas financeiras e alugueis			(5.507)	(4.677)	
Lucros ou prejuízos retidos			(63.077)	5.602	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

abaixo. Não houve alteração até a elaboração deste relatório em 2023.

Acionistas/Tipo de Ações	Quantidade
Prefeitura do Município de Jundiá - Ordinárias	156.546.658
Prefeitura do Município de Jundiá - Preferenciais	126.777.267
Acionistas Minoritários - Preferenciais	100
Total	283.324.025

5 - INVESTIMENTOS

A evolução de investimentos da DAE S/A está apresentada no gráfico abaixo e os detalhes constam na Nota Explicativa nº 10 e 11:



Os investimentos realizados no ano de 2022 tiveram como fonte recursos próprios e financiamentos obtidos em exercícios anteriores. Visando à universalização do saneamento na cidade de Jundiá, foram executadas obras como as extensões de redes de esgoto nos bairros Terra Nova, Castanho, Bom Jardim, Viverdas, São Jorge e Bairro do Poste, remanejamento de rede de esgoto no Jardim Fepasa, extensão de redes de água nos bairros Champirra e Mato Dentro, melhorias na Estação de Tratamento de Água do Anhangabaú e a implantação das unidades descentralizadas de manutenção. Se destaca também o remanejamento da adutora na Rodovia João Ceserem em virtude das obras que estão sendo realizadas pela Concessionária Rota das Bandeiras de implantação de vias marginais. Também teve continuidade neste exercício a construção do Mundo das Crianças, já citado anteriormente. Além destas obras, foram realizados extensões e reforços em redes de distribuição de água e em redes coletoras de esgoto em diversos pontos da cidade, bem como melhorias no sistema de tratamento de água, soterização e instalações de macromedidores em redes de água para combate a perdas. Os detalhes sobre os contratos de financiamentos constam na Nota Explicativa nº 12.

6 - RECURSOS HUMANOS

Quadro de Colaboradores	Quantidade
Funcionários DAE S/A	414
Funcionários PMJ - Quadro especial	114
Estagiários	101
Total	629

A DAE foi a primeira empresa do Aglomerado Urbano de Jundiá a ser selecionada para receber o Selo Empresa Amiga da Família (SEAF) no ano de 2019. Em 2022, a DAE conquistou o Selo novamente, ficando entre as 39 empresas selecionadas e cujos nomes foram divulgados no Diário Oficial da União em junho de 2022. O SEAF é uma iniciativa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por meio da Secretaria Nacional da Família (SNF). O SEAF tem a proposta de reconhecer publicamente as empresas estabelecidas em território brasileiro, tanto as privadas quanto as estatais, que adotam práticas organizacionais de equilíbrio entre trabalho e família em benefício de seus funcionários.

7 - EXPECTATIVAS PARA 2023

Após um ano de recuperação, a companhia pretende, além de manter a qualidade dos serviços oferecidos, aumentar o volume aplicado em obras de extensão e melhorias no município.

Com o reajuste de tarifa aplicado nas contas, conforme citado anteriormente, os recursos das receitas devem ser suficientes para suprir estes investimentos e melhorar o atendimento, com a operação das unidades de manutenção descentralizadas, que já estão em funcionamento em quatro pontos da cidade, além da sede da companhia.

8 - AGRADECIMENTOS

Novamente a Administração da DAE S/A - Água e Esgoto aproveita a oportunidade para agradecer o empenho de seus colaboradores, o apoio do seu acionista controlador, a Prefeitura Municipal de Jundiá, e a confiança dos clientes em nossa prestação de serviços. Em 2023 a empresa continuará se esforçando para atender com excelência a população do Município de Jundiá, ampliando o acesso às redes de água e esgoto com a preocupação com o meio ambiente, sendo considerada uma referência nacional em saneamento.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	24	385.289	295.035
Custo dos serviços prestados	25	(261.516)	(217.010)
Lucro operacional bruto		123.773	78.025
Despesas operacionais			
Administrativas e comerciais	26	(104.913)	(87.797)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	29.867	7.426
		(75.046)	(80.371)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		48.727	(2.346)
Resultado financeiro, líquido	28	16.501	582
Resultado antes dos impostos		65.228	(1.764)
Contribuição social - corrente	29	(1.625)	-
Contribuição social - diferida	29	(526)	(3.838)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		63.077	(5.602)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A taxa anual de amortização estimada dos ativos intangíveis para o exercício corrente e comparativo é:

	2022	2021
Sistemas de informação	20%	20%

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base critério adotado pela Administração para constituição de perdas, que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 60 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Seguros

A administração da Companhia entende que os riscos estão gerenciados de modo satisfatório não demandando nenhuma ação adicional. Desta forma, entendendo que o patrimônio e a operação estejam protegidos, não foi efetuada cobertura de seguros de relevância, como empresarial e de veículos.

Para os casos em que há a necessidade de contratação de seguro, como por exemplo aluguel de imóveis e equipamentos, as despesas são apropriadas conforme a vigência do contrato, exceto para parcelas com valores imateriais que são contabilizados diretamente na despesa.

i. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda, até dezembro de 2021, e a Contribuição Social do exercício corrente eram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A partir de 07 de dezembro de 2021, a DAE recebeu imunidade tributária através de decisão judicial e ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, o que passou a gozar a partir de janeiro de 2022.

As despesas com contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

j.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

j.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

k. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas no passivo pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas de uma subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como outras receitas, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções recebidas pela Companhia possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução da obra que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite da obra será reconhecida em resultado.

l. Receita operacional

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e saneamento são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para os serviços prestados à Prefeitura Municipal de Jundiáí, a Companhia não constitui receita devido ao artigo 1º da Lei Municipal 2.062 de 1974, o qual estabelece que são isentas as unidades prediais que se destinem ao cumprimento das obrigações estatutárias.

m. Informações por segmento

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente e não tem informação financeira individualizada disponível.

n. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras da Companhia compreendem principalmente juros sobre investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método do custo efetivo.

Despesas financeiras compreendem principalmente despesas com juros e atualizações monetárias de financiamentos, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros (“*impairment*”). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

p. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado DVA nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e em caráter de informação adicional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Bancos	2.734	959
Aplicações financeiras	11.247	1.944
	13.981	2.903

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento e certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço. Há também aplicações financeiras de longo prazo no montante de R\$ 39, no entanto classificadas no curto prazo

★ continuação

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Atividades operacionais

A Companhia foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal nº 5.307 de 5 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido verificado o montante de R\$ 170.516, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em laudo de avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município Jundiáí. A atividade operacional da Companhia teve início em 01 de janeiro de 2000.

A Companhia tem por objetivo:

- Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas a construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiáí;
- Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiáí;
- Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiáí;
- Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e
- Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços.

As atividades da DAE S/A são reguladas pela ARES-PCJ - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

Imunidade Tributária IRPJ

Tendo em vista a imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea a, e § 2º da Constituição Federal, em 07 de dezembro de 2021 transitou em julgado decisão judicial proferida nos autos do processo nº 0003615-05.2012.4.03.6128, a qual declarou a inexistibilidade de IRPJ em relação a DAE, conferindo imunidade tributária recíproca e ficando esta desobrigada da apuração e recolhimento de imposto de renda.

A decisão judicial também previa a restituição dos valores de IRPJ pagos nos últimos cinco anos prévios ao ajuizamento do qual ocorreu em 2012. O valor habilitado para compensação de demais tributos federais, pela Receita Federal do Brasil, foi de R\$ 36.596, impactando os resultados de: (i) Outras receitas operacionais (nota explicativa nº 27); (ii) Resultado financeiro (nota explicativa nº 28); e (iii) Impostos e contribuições a recuperar (nota explicativa nº 8).

Indiretamente, por conta da mudança de regime não-cumulativo, para regime cumulativo, na apuração do PIS e da COFINS, motivada pela imunidade tributária do IRPJ, também sofreram impacto as contas de: iv) Estoques (nota explicativa nº 7); e v) Impostos incidentes sobre receitas de serviços (nota explicativa nº 24).

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 10 de março de 2023.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6** - Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 9** - Ativo fiscal diferido; e
- Nota explicativa 20** - Provisões para processos judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

a.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber dos usuários dos serviços de fornecimento de água e saneamento são avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço, valores a receber de uso da rede.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente, quando cabível, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é a receita bruta, no resultado do exercício. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira, apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

d. Imobilizado

d.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui o custo de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui também quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Companhia, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de *sites* nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

d.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d.3 Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2022	2021
Construções civis e benfeitorias	2%	2%
Sistema de abastecimento de água e esgoto	2 a 4%	2 a 4%
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	8 a 10%
Móveis e utensílios	8 a 10%	8 a 10%
Equipamento de informática	33%	33%
Veículos de passeio e carga	10 a 20%	10 a 20%
Veículos especiais	10 a 25%	10 a 25%
Tratores	25%	25%
Motocicletas	20%	20%
Softwares	20%	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com direitos de uso

As licenças de programas de computador (“*softwares*”) de sistemas de gestão empresarial e serviços de passagem adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de softwares são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

por terem características de curto prazo, inclusive resgates mensais.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 30.

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	2022	2021
Cauções de fornecedores	48	162
	48	162

As aplicações financeiras correspondem a valores de garantia de prestação de serviços e entrega de materiais contratados com fornecedores através de processos licitatórios, conforme Regulamento Interno de Compras e a Lei nº 13.303/2016.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa 30.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	2022	2021
Contas a receber de clientes	74.750	65.805
Renegociação de contas a receber	11.647	11.893
Clientes - acordos judiciais	–	–
Provisão por ajuste de competência	18.251	15.629
(–) Contas a receber de clientes em perdas	(26.416)	(28.554)
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.660)	(7.139)
Contas a receber de clientes - circulante	69.572	57.634

Não circulante		
Renegociação de contas a receber	2.944	3.358
Clientes - acordos judiciais	–	–
Contas a receber de clientes - não circulante	2.944	3.358
Total das contas a receber incluindo perdas e provisão para perdas	72.516	60.992

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos, exceto provisões e perdas com clientes:

	2022	2021
Créditos a vencer	59.425	48.188
Créditos em atraso até 2 meses	7.987	7.181
Créditos em atraso acima de 2 meses até 4 meses	2.206	1.943
Créditos em atraso acima de 4 meses até 6 meses	1.160	1.073
Créditos em atraso acima de 6 meses até 8 meses	1.011	814
Créditos em atraso acima de 8 meses até 10 meses	850	788
Créditos em atraso acima de 10 meses	34.953	36.698
	107.592	96.685

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixas para perdas estão demonstradas a seguir:

Saldo em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

★ continuação

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Softwares	3.616	10	(455)	3.171
Servidões de passagem	190	-	-	190
	3.806	10	(455)	3.361

c. Movimentação da amortização acumulada

	Saldo inicial	Amortização	Baixas	Saldo final
Softwares	3.518	52	(455)	3.115
	3.518	52	(455)	3.115

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de Juros a.a.	Ano de Vencimento	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			2022	2021	2022	2021
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	6,00%	2036	1.013	970	12.064	12.437
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	6,00%	2023	1.775	1.701	-	1.689
Caixa Econômica Federal - 505.666-57	6,00%	2042	272	14	4.729	3.982
Caixa Econômica Federal - 505.669-89	6,00%	2040	535	490	8.423	8.136
Caixa Econômica Federal - 505.671-20	6,00%	2037	852	28	10.655	7.954
Caixa Econômica Federal - 520.296-86	6,00%	2042	85	4	1.485	1.043
Caixa Econômica Federal - 520.299-17	6,00%	2042	1	1	197	194
Caixa Econômica Federal - 520.300-47	6,00%	2042	4	-	77	-
Caixa Econômica Federal - 520.301-52	6,00%	2042	1	-	19	-
			4.538	3.208	37.649	35.435

O cronograma aproximado de vencimento dos valores classificados no longo prazo é o seguinte:

Instituição	2024 a 2026	2027 a 2037	2038 a 2042
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	2.895	9.169	-
Caixa Econômica Federal - 505.666-57	757	2.774	1.198
Caixa Econômica Federal - 505.669-89	1.509	5.532	1.383
Caixa Econômica Federal - 505.671-20	2.131	7.814	710
Caixa Econômica Federal - 520.296-86	241	883	361
Caixa Econômica Federal - 520.299-17	30	108	59
Caixa Econômica Federal - 520.300-47	11	42	23
Caixa Econômica Federal - 520.301-52	2	10	7
	7.576	26.332	3.741

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto. Esses contratos de financiamentos foram captados junto à Caixa Econômica Federal, e possuem cláusula de vencimento antecipado/rescisão caso os itens em contrato não sejam cumpridos. São exemplos de itens que podem resultar em vencimento antecipado/rescisão: a. Inadimplimento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato; b. Modificação do projeto sem prévio aviso e expresso consentimento da Caixa Econômica Federal; e c. Deixar de concluir a obra no prazo contratual.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos.

13. FORNECEDORES

Os valores apresentados em fornecedores representam os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de Imobilizado/Intangível, cujo prazo de vencimento corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

	2022	2021
Despesas administrativas	1.945	1.964
Energia elétrica	561	1.962
Benefícios a funcionários	358	1.421
Serviços - operação	1.481	1.047
Investimento em ativo imobilizado	1.537	598
Compras para estoques	1.463	165
Outros	577	419
	7.922	7.576

14. CONCESSIONÁRIA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Refere-se ao montante devido à Companhia Saneamento de Jundiá a título de repasse de 95% dos valores medidos pela Companhia de acordo com a tarifa referencial de serviço, relativo ao tratamento de esgoto no Município de Jundiá. O contrato tem prazo de validade até 30 de abril de 2031 e dentre os principais obrigações estão: a) Regularizar, orientar, coordenar e supervisionar sob aspecto técnico, operacional, contábil e legal, a execução das obras e serviços da Concessão, podendo contar para o melhor exercício destas atividades com a colaboração dos usuários; b) Exercer a fiscalização e acompanhar os serviços de controle de qualidade e da execução das obras e serviços, organizados e operados pelo Concessionário, de modo que o sistema se mantenha sempre adequado aos interesses das partes e dos usuários; e c) Conhecer e acompanhar o desempenho do Concessionário através de auditagens, inspeções, relatórios e balanços periódicos.

O reajuste da tarifa referencial de serviço, previsto em contrato e revisado pela agência reguladora ARES-PCJ, foi de 20,36% em 2022.

	2022	2021
Companhia Saneamento de Jundiá - CSJ	13.304	11.548
	13.304	11.548

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os débitos de PIS e COFINS relativos às apurações dos meses de agosto, setembro e outubro de 2021 foram parcelados em 24 prestações mensais pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, através dos processos nº 13839-404944/2021 e 13839-405053/2021. Trata-se de parcelamento simples, disponível no sítio eletrônico da Receita, sob o qual há incidência de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente e juros de 1%.

	2022	2021
PIS e COFINS (parcelamento)	2.486	2.506
COFINS	1.239	1.268
Retenções sobre serviços de terceiros	1.333	945
PIS	268	274
CSLL	628	-
Outros impostos e taxas	-	2
	5.954	4.995
PIS e COFINS (parcelamento) - longo prazo	55	2.294
	55	2.294

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2022	2021
Férias e encargos a pagar	7.249	6.089
INSS a recolher	1.323	1.169
IRRF sobre salários a recolher	1.027	785
FGTS a recolher	460	404
Outros	212	216
	10.271	8.663

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - PROJETO CERJU

Refere-se ao valor devido às indústrias do Município de Jundiá, decorrente do contrato de participação no projeto CERJU - Comitê de Recuperação da Bacia do Rio Jundiá. O "Projeto CERJU" foi elaborado através de esforço integrado do Município de Jundiá, do Governo do Estado de São Paulo e da iniciativa privada local. As indústrias que participaram do projeto com investimentos, foi garantido um abatimento em suas contas futuras de água e esgoto igual à quantidade investida, através de descontos a serem concedidos nas contas de tarifas de serviços de água e esgoto pelo prazo de 10 anos, a partir de outubro de 1998. Em 2022 parte do valor foi baixado por prescrição. O valor remanescente de R\$1.699 (R\$2.812 em 2021) passa por análise quanto à sua destinação e por este motivo está mantido em longo prazo pela Companhia.

18. RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas referem-se aos contratos de Permissão de Uso e Serviço Bancário da Folha de Pagamento da Companhia. O novo contrato é de 60 meses e teve início em dezembro de 2022.

	2022	2021
Passivo circulante	324	300
Passivo não circulante	1.285	-
	1.609	300

19. RECURSOS DE TERCEIROS PARA INVESTIMENTOS

	2022	2021
OGU - Orçamento Geral da União	8.526	4.021

O contrato OGU nº 0424396-42/2014 refere-se à transferência de recursos da União para execução de ampliação e adequação no sistema de esgotamento sanitário em diversos bairros de Jundiá (Nota Explicativa nº 10). A liberação dos recursos é feita em conformidade com a execução física e orçamentária e o valor só é apropriado ao resultado da Companhia após aprovação e finalização das obras.

20. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui diversos processos judiciais em andamento, de natureza cível e trabalhista, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial.

	Movimentação das provisões		
	Cíveis e administrativas	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.349	9.971	15.320
Constituição	1.313	2.305	3.618
Baixas/reversão	(126)	(1.137)	(1.263)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.536	11.139	17.675
	Movimentação dos depósitos judiciais		
	Desapropriações e Outras	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.166	447	2.613
Constituição	-	122	122
Baixas/reversão	-	(88)	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.166	481	2.647

As contingências cíveis são constituídas em sua grande maioria por processos de reparação de danos materiais e restituição de valores a clientes. Existem outras ações judiciais e processos administrativos avaliados pelos nossos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 4.584 (R\$ 6.453 em 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, porém sua divulgação.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2022	2021
Créditos de clientes	3.459	3.468
Precatórios a pagar - processos trabalhistas	-	184
Outros	556	341
	4.015	3.993

22. PARTES RELACIONADAS

Controladora e parte controladora final

A Controladora direta e final da Companhia é a Prefeitura Municipal de Jundiá. Os saldos com partes relacionadas são decorrentes de saldo de folha de pagamento de pessoal da Prefeitura atuando na Companhia conforme Lei Municipal 5.308/99 publicada em função da transformação da autarquia em sociedade anônima. Os reembolsos referentes aos meses de agosto a dezembro de 2021 foram parcelados e quitados ao longo de 2022.

Passivo	2022	2021
Obrigações folha de pagamento PMJ	3.553	10.734
Custos e Despesas	2022	2021
Custo com pessoal PMJ (nota 25)	10.093	9.898
Despesas com pessoal PMJ (nota 26)	10.810	11.266
	20.903	21.164

A Companhia presta serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiá (PMJ) e economias próprias municipais, que compreendem os imóveis de propriedade ou ocupados pela PMJ, por suas autarquias e fundações públicas por ela criadas e mantidas. Conforme lei municipal nº 1.637, de 03 de novembro de 1969, e alterações pela lei municipal nº 2.062, de 25 de abril de 1974, estes serviços são isentos de tarifa. Os valores destes serviços representam R\$ 13.724 no exercício de 2022 (R\$ 10.178 em 2021). Adicionalmente, a Companhia tem isenção no pagamento de IPTU (Imposto sobre propriedade territorial urbana) nos imóveis de sua propriedade, que seria devido à sua controladora, por meio da Lei Complementar nº 281/1999. O valor de isenção do imposto foi R\$ 518 (R\$ 475 em 2021).

Remuneração de pessoal chave da administração

A remuneração máxima aprovada para o exercício de 2022 está em consonância com o Estatuto da Companhia, considerando a remuneração dos membros dos órgãos estatutários, incluindo os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e dos Comitê de Auditoria, conforme segue:

	2022		2021	
	Nº de membros	Remuneração R\$	Nº de membros	Remuneração R\$
Diretoria	12	3.407	13	3.053
Conselho de Administração	8	287	7	175
Conselho Fiscal	3	99	3	92
Comitê de Auditoria	3	249	3	229
	26	4.042	26	3.549

Benefícios pós emprego

A Companhia não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal chave da Administração.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital Social Autorizado é de R\$ 350.000, dos quais R\$ 283.324 encontram-se subscritos e integralizados, sendo representados por 156.546.658 ações ordinárias e 126.777.267 ações preferenciais nominativas de valor nominal R\$ 1,00 (um real).

Reservas de lucros

	2022	2021
Reserva legal	7.396	4.242
Reserva de lucro a destinar	61.462	1.539
	68.858	5.781

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucro a destinar

A reserva de lucros a destinar está composta dos lucros de exercícios anteriores deduzido o prejuízo líquido do exercício e serão destinados posteriormente para aumento de capital social ou distribuição de dividendos, a destinação da reserva de lucros é aprovada pela sua controladora, a Prefeitura Municipal de Jundiá.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Receita operacional bruta	417.250	338.860
Receitas de serviços	417.250	338.860
Deduções	(31.961)	(43.825)
Cancelamentos e abatimentos	(17.250)	(13.412)
Impostos incidentes sobre a receita de serviços	(14.711)	(30.413)
Receita operacional líquida	385.289	295.035

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2022	2021
Serviço de tratamento de esgoto (Concessionária)	109.895	83.564
Despesas com pessoal	45.763	39.936
Serviços de terceiros - Pessoa jurídica	38.291	33.411
Energia elétrica	28.211	26.577
Despesas com pessoal PMJ (nota 22)	10.093	9.898
Depreciações e amortizações	10.350	9.324
Material de tratamento água	5.205	3.644
Material auxiliar e de consumo	3.650	3.122
Manutenções	3.485	3.098
Cobrança pelo uso da água - SEMA/ANA	2.104	1.836
Outros	4.469	2.606
	261.516	217.010

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E COMERCIAIS

	2022	2021
Despesas com pessoal	38.280	33.419
Serviços de terceiros - Pessoa jurídica	33.538	32.065
Despesas com pessoal PMJ (nota 22)	10.810	11.266
Perdas com incobráveis	3.066	4.981
Publicidade	4.007	3.886
Custos de cobrança	1.900	1.719
Constituição/(Reversão de provisão para contingências)	2.355	(333)
Constituição/(Reversão de provisão para perdas com clientes)	1.521	(6.311)
Energia e telefone	1.741	2.035
Depreciações e amortizações	1.923	1.321
Taxa ARES-PCJ	738	688
Outros	5.034	3.061
	104.913	87.797

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2022	2021
Recuperação de indébito tributário	22.493	-
Doações de redes	3.927	-
Reversão de baixas para perdas	1.384	2.917
CERJU (nota 17)	1.113	3.688
Sentenças judiciais	(131)	(592)
Subvenção (PCJ)	-	857
Outros	1.081	556
	29.867	7.426

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	3.326	2.198
Taxas de financiamento	1.065	860
Multas/juros por atraso de pagamento	9	629
Atualização monetária das obrigações	429	351
Descontos concedidos	110	159
IOF	71	51
	5.010	4.248
Receitas financeiras		
Atualização monetária dos créditos	(15.832)	(34)
Juros recebidos ou auferidos	(3.333)	(3.276)
Receita de multas por atraso de pagamentos	(1.632)	(1.411)
Receitas de aplicações financeiras	(703)	(337)
(-) PIS e COFINS s/Receitas financeiras	-	236
Outras	(11)	(8)
	(21.511)	(4.830)
Resultado financeiro líquido	(16.501)	(582)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

